

“É uma lei psicológica que o espírito teórico, tendo se tornado em si mesmo livre, volte-se para a energia prática e, emergindo como a vontade do mundo sombrio de Amentes, volte-se contra a realidade do mundo que existe sem ele.” (MARX. K. *A diferença entre as filosofias da natureza de Demócrito e de Epicuro*, parte I, cap.IV)

Resumo:

Este artigo trata simplesmente de defender um ensino de Filosofia pautado pelo materialismo-histórico-dialético a partir de uma análise da famosa *Tese II* contra Feuerbach de Marx. A ideia principal é a de que o ensino de Filosofia e a sala de aula de Filosofia devem estar comprometidos diretamente com a interpretação e a transformação da realidade. Interpretação e transformação que deverão, juntamente com outras áreas da atividade humana, levar a uma superação ou ao menos propor a superação da sociedade do Capital.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia; Interpretação; Transformação; Materialismo-histórico-dialético; Sala de aula

Abstract:

This paper is about defending a Philosophy teaching focusing on the materialist-historical-dialectical method and based on the analysis of Marx's famous *Thesis II* against Feuerbach. The main idea is that the teaching of philosophy and the philosophy classroom must be directly committed to the interpretation and transformation of reality. Interpretation and transformation that should, together with other areas of human activity, lead to an overcoming or, at least, propose the overcoming of the Capital society.

Keywords: Philosophy Teaching; Interpretation; Transformation; Materialism-historical-dialectical; Classroom

Keywords: Philosophy Teaching; Interpretation; Transformation; Materialism-historical-dialectical; Classroom

¹ Professor Doutor do Departamento de Filosofia da Unirio (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro).

Resumen:

Este trabajo trata simplemente de defender una enseñanza de la Filosofía basada en el materialismo-histórico-dialéctico a partir de un análisis de la famosa Tesis 11 de Marx contra Feuerbach. La idea principal es que la enseñanza de la filosofía y el aula de filosofía deben estar directamente comprometidas con la interpretación y transformación de la realidad. Interpretación y transformación que deben, junto con otras áreas de la actividad humana, conducir a una superación o, al menos, proponer la superación de la sociedad del Capital.

Palabras clave: Enseñanza de la Filosofía; Interpretación; Transformación; Materialismo-histórico-dialéctico; Aula

Apresentando o problema

Início a discussão deste texto com uma questão bastante frequente nos espaços que debatem o ensino de Filosofia no Brasil e que enseja as provocações levantadas nas linhas que se seguem: como fazer filosofia no Brasil? Mas gostaria, também, de ampliar essa provocação com outra pergunta: é possível fazer e ensinar filosofia no Brasil? Faço a ampliação da provocação e da pergunta, pois parto da noção de que não é possível falar de uma prática filosófica (um *fazer filosofia*) sem falar de um tipo de ensino de filosofia. Ambas as coisas caminham, *necessariamente*², juntas. De acordo com essa perspectiva, torna-se impossível pensar qualquer atividade filosófica sem considerá-la vinculada a um tipo de ensino de Filosofia. Vinculado a esse problema está o de que é impossível falar de ensino em geral sem considerar a realidade concreta, a formação histórica e as dinâmicas sociais que envolvem os agentes partícipes do processo educacional. Sendo assim, a primeira resposta, e mais imediata, a nossa pergunta ampliada seria: sim, é possível fazer e ensinar filosofia no Brasil! Não só é possível como isso tem sido feito constantemente há bastante tempo, com exceção do tenebroso período da ditadura e suas limitações ao ensino e à produção de filosofia como um todo. É desse modo que revelamos o caráter capcioso da pergunta. A questão, no fundo, não é

² Colocamos a palavra aqui em itálico na intenção de reforçar um o sentido mais forte da categoria “necessidade”. Admitimos, desde já, que independentemente da metodologia utilizada para o ensino de Filosofia, ou independentemente da concepção que se tenha do que é a prática filosófica, uma coisa não se dá sem a outra. A atividade filosófica (se preferirem, “o filosofar”) não existe sem a atividade de ensino. E o ensino de Filosofia não existe sem a adoção de uma (específica) prática filosófica.

se é possível fazer e ensinar filosofia no Brasil, mas de que tipo de ensino estamos falando e de que tipo de filosofia? Este parece ser o real problema quando o assunto é ensino de filosofia e atividade filosófica. Para além de todo o debate aqui já proposto, toda vez que se fala de ensino de filosofia ou de como fazer filosofia, surge também uma questão típica: o que é filosofia? Não nos ocuparemos desta última pergunta. O acervo histórico recente já cansou de mostrar que definir *isso* que chamamos de “filosofia” não só é um problema, dado o caráter polissêmico da expressão, como pode também ser uma perda de tempo em determinados debates, quando o que realmente se apresenta como mais importante é entender o cenário histórico social, ou a formação histórica, em que está inserido o conceito de ensino e de que tipo de filosofia (obviamente não reduzida a uma definição específica) se pretende ensinar nesse cenário³. É justamente aqui que entra o objeto central desse texto: a *Tese 11* de Marx sobre Feuerbach e suas implicações para um tipo de ensino e uma prática de Filosofia no Brasil.

Fundamentação teórica da tese (ou da relação).

Podemos encontrar em Marx, em várias de suas obras, mas em especial nas *Teses sobre Feuerbach* de 1845 (especialmente a *Tese 11*, mas também a *Tese 3*), a defesa de uma necessidade de que a Filosofia se torne prática. E vejam bem que utilizo uma frase que já indica parte da discussão: “...necessidade de que a Filosofia se torne...”, isto porque a Filosofia já existia à sua maneira, a saber, completamente avessa ao modelo que Marx defenderá como sendo uma Filosofia da Práxis. Por isso foi dito no início deste texto, em resposta a uma pergunta ampliada, que fazer e ensinar Filosofia no Brasil sempre foram coisas possíveis, mas que a questão fundamental era saber de que tipo de ensino e que tipo de Filosofia estávamos falando. Esta será uma das grandes defesas aqui: um ensino e uma prática filosófica orientada para a realidade concreta, sua intervenção direta e transformação das estruturas sociais de reprodução da existência. Antes de aprofundarmos os pontos específicos das teses mencionadas, uma aproximação inicial ao problema precisa ser feita. De uma maneira ainda geral, a *prática*, ou *filosofia da práxis*, ou, ainda, a *prática revolucionária*,

“...refere-se, em geral, a ação, a atividade, e, no sentido que lhe atribui Marx, à atividade livre, universal, criativa e auto criativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz), e

³ Apesar de fugirmos da discussão histórica sobre a definição do termo, assumiremos aqui, para efeitos didáticos, uma definição que consideramos bem peculiar: filosofia é a arte do problema.

transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica ao homem, que o torna basicamente diferente de todos os outros seres. Nesse sentido, o homem pode ser considerado um ser da práxis, entendida a expressão como o conceito central do marxismo, e este como a “filosofia” (ou melhor, o “pensamento”) da “práxis”.” (BOTTMORE, 2012, p. 460)

Essa definição de *filosofia da práxis*, ainda que genérica, nos permitirá defender, a partir de Marx, um papel fundamental para a atividade filosófica e para o ensino de filosofia, não como mera reprodução de um acervo histórico já consagrado ou mera especulação sobre a realidade, nem como uma simples racionalização da realidade ou criação de conceitos, nem ainda como a constituição de um espírito crítico e reflexivo nos estudantes permitindo-os tornarem-se melhores cidadãos e mais engajados com questões desta sociedade específica⁴, mas um papel fundamental para a atividade filosófica e para o ensino de filosofia de compreensão e intervenção direta na ordem social vigente, visando sua inteira transformação. A Filosofia e seu ensino devem possuir, a partir desta perspectiva que aqui se começa a desenhar, uma função ativa dentro do metabolismo social. Nesse sentido, a atividade filosófica e o ensino de Filosofia serão reconhecidos como instrumentos para uma educação voltada para a desalienação, uma educação como “transcendência positiva da autoalienação do trabalho” (MÉSZÁROS, 2008, p. 59)⁵. Uma alienação que é resultado de processos históricos particulares que determinaram nossa concepção de trabalho e nosso modo de reprodução da existência material e espiritual. Se é o trabalho quem funda o ser social, o trabalho sob as condições históricas determinantes da lógica do Capital determina este

⁴ Essa discussão nos remete a uma famosa frase atribuída a Descartes que diz mais ou menos o seguinte: “Viver sem filosofar é o que se chama ter os olhos fechados sem nunca os haver tentado abrir”. De uma maneira bastante poética, Descartes conseguiu traduzir boa parte das concepções de Filosofia e prática filosófica que estamos criticando aqui. Para além de meramente abrir os olhos enquanto uma potência de compreensão da realidade, a Filosofia e seu ensino, ao nosso ver, são diretas e exigem que se “ponha a mão na massa” para, justamente, construir ou desconstruir a realidade concreta e seus pressupostos.

⁵ Em seu texto “Educação para além do Capital”, Mézáros nos diz o seguinte:

Vivemos sob condições de uma dezumanizante alienação e de uma subversão fetichista do real estado de coisas dentro da consciência (muitas vezes também caracterizada como “reificação”) porque o capital não pode exercer suas funções sociais metabólicas de ampla reprodução de nenhum outro modo. Mudar essas condições exige uma intervenção consciente em todos os domínios e em todos os níveis da nossa existência individual e social. É por isso que, segundo Marx, os seres humanos devem mudar “completamente as condições de sua existência industrial e política, e, conseqüentemente, *toda a sua maneira de ser*”.” (2008, p. 59)

Como o próprio Mézáros nos alerta, é fundamental que, a partir de uma educação baseada na contrainternalização das estruturas do Capital, a ação transformadora seja uma *intervenção consciente* do e no processo histórico de superação da alienação típica do modelo societário atual. Essa ação consciente, que não se resume a mera e inerte negação do fato (mesmo que seja uma negação crítica), não pode ser condicionada pelo objeto negado, mas motivada pela sua superação através da interação e intervenção direta. O horizonte de mudança não pode, jamais, condicionar sua linha de atuação/aproximação de acordo com o objeto negado. Isso se torna um ciclo vicioso de manutenção e, quando muito, de reformas das estruturas que se sustentam à despeito das crises sistêmicas e cíclicas.

mesmo ser e o prepara para as relações sociais de produção e reprodução da sociedade. É fundamental, então, enxergarmos o ensino de Filosofia como um meio para a superação desse processo histórico de alienação, mas sem jamais confundir esse processo, que é contínuo dentro dos limites estruturais da sociedade burguesa, com o resultado final que implica na superação efetiva e na realização das totalidades e potencialidades humanas. A superação da alienação só será possível com uma reestruturação completa, profunda e radical das nossas condições de existência, e é papel de um ensino de Filosofia, enquanto práxis transformadora, colaborar, mesmo que dentro dos limites estruturais já mencionados, com essa transformação, e não se resumir a uma mera interpretação da realidade, menos ainda mera interpretação de textos históricos consagrados. Um ensino e uma prática que terão como horizonte aquilo que Marx chamará na obra *Questão Judaica*⁶ de “emancipação humana”. Um ensino de filosofia enquanto práxis nos permitirá entender que a emancipação política, dentro dos limites da sociedade burguesa, não pode ser entendida como a emancipação plena, uma vez que ela mantém, de maneira acrítica, todas as estruturas de seu fundamento intocadas. Ela faz apenas assimilar os indivíduos enquanto cidadãos⁷ e ocultar o caráter de classe das relações sociais nas quais estes estão inseridos. Desde já, deve-se reconhecer que não se entenderá ensino e prática filosófica neste texto sem vincular *compreensão* da realidade e *intervenção* na realidade. As duas coisas caminham de mãos dadas. Parafraseando uma tese famosa de Kant (*Crítica da Razão Pura*, A51 = B75/76), uma suposta compreensão da realidade sem o compromisso com a intervenção direta e consciente na mesma realidade é uma compreensão vazia de sentido histórico-social. Por outro lado, uma intervenção na realidade desprovida de uma tentativa de sua compreensão crítica a partir de um método específico (materialismo histórico dialético) é uma intervenção cega e desprovida de direcionamento prático-político, que é de fato o que nos interessa, se estamos defendendo, desde o início deste texto, os princípios da *Tese II*.

⁶ No texto mencionado, Marx deixa claro que a emancipação política é uma transformação típica da sociedade burguesa (MARX, 2010, p. 51). Nas palavras do próprio Marx (ibidem, p.54):

Toda emancipação é redução do mundo humano e suas relações ao próprio homem.

A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a cidadão, a pessoa moral.

Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “forças próprias” [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política.

⁷ Vale a pena relembra o que nos diz a LDB nº 9.394: “Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Em Marx, a categoria de *práxis*⁸ (ou *filosofia da práxis*) deve ser considerada como um conceito central em seu pensamento. Primeiramente, é importante observar que não é o objetivo deste texto desenvolver todas as possibilidades de interpretação que existem na literatura especializada sobre a categoria de “práxis”, mas apenas ressaltar alguns dos pontos fundamentais e de intersecção com a nossa tese central. Em acréscimo às abordagens feitas acima, podemos dizer que a categoria de práxis permite a compreensão da riqueza do ser social em seu desenvolvimento histórico. Na e pela práxis é possível verificar a relação dialética e fundamental entre a condição primária da existência do ser social que se dá através do trabalho e sua projeção no mundo complexo das ciências, da filosofia, da arte, enfim, do mundo social humano. Essa categoria permite entender o ser humano como um ser criativo e autoprodutivo. A práxis indica que o ser humano é produto e criação de sua autoatividade, um ser que se fez e se faz constantemente. Como afirmar Vázquez (2002, p. 70):

“A práxis é entendida como uma atividade prática humana, a um só tempo subjetivo e objetivo, ideal e real, espiritual e material, que desemboca na transformação prática, efetiva, do mundo do homem; portanto, trata-se de apenas transformar sua consciência, mas também as relações e instituições sociais que condicionam sua consciência, sua subjetividade”.

É a defesa de uma *nova filosofia* que se coloca para além daquela praticada no seu período e se afirma como uma atividade prática de compreensão, intervenção e transformação da realidade. A práxis marxiana indica uma unidade dialética entre teoria e prática transformadoras: uma relação dialética entre ação e reflexão. A práxis marxiana quebra a dicotomia entre pensamento e ação. Como Vázquez salienta:

“...essa categoria é central para Marx, na medida em que somente a partir dela ganha sentido a atividade do homem, sua história, assim como o conhecimento. O homem se define, certamente, como ser prático. A filosofia de Marx ganha, assim, seu verdadeiro sentido como filosofia da transformação do mundo, isto é, da práxis”. (VÁZQUEZ, 2007, p. 169-170)

Ao encontro de nossa interpretação aqui, Vázquez entende que a práxis deve ser concebida como atitude de transformação da realidade concreta. A filosofia, nesse sentido, é compreendida num contexto histórico e político determinado, e os indivíduos que remetem à filosofia da práxis se colocam como agentes históricos de interpretação e transformação dessa realidade. A filosofia não se resume a uma atividade de

⁸ Para uma leitura mais atenta sobre o conceito de “práxis” em Marx, conferir os seguintes textos: Manuscritos de Paris; Ideologia Alemã; Teses contra Feuerbach, Grundrisse; Capital

interpretação ou representação simbólica do mundo, mas também de intervenção e transformação. A filosofia não pode ser uma caricatura empoeirada do passado nem um conjunto de elocubrações empedernidas. Enquanto orgânica e viva, ela deve ultrapassar a histórica pedra fundamental da atividade contemplativa sobre a qual ela foi e continua sendo reproduzida, seja em sala de aula, seja em trabalhos acadêmicos, seja na simples reprodução mecânica de um acervo histórico consagrado, ou em qualquer outra prática cujos princípios estejam baseados nas reduções acima citadas. A filosofia reduzida a mera interpretação e contemplação se transforma em uma barreira para qualquer atividade consciente que vise a transformação de uma realidade concreta recheada de problemas urgentes e inadiáveis (e que fique registrada uma observação importante: somente às custas de uma enorme mistificação da sala de aula de Filosofia para que esses problemas estruturais profundos passem despercebidos ou sejam ignorados, aliás, a mistificação da sala de aula de Filosofia e do conteúdo filosófico é um problema grave). E eis aqui uma chave de leitura fundamental para esta concepção de filosofia enquanto práxis: a realidade concreta e a formação histórico-social que se apresenta diante da filósofa e do filósofo, da professora e do professor de Filosofia, da pesquisadora e do pesquisador em Filosofia. Não se trata simplesmente da leitura e interpretação dos textos já consagrados, das elocubrações passadas, presentes e futuras que se fazem à revelia da vida cotidiana e da concretude sócio-histórica. Se a Filosofia é a arte do problema (como dissemos mais acima), não pode se resumir aos problemas do passado (que muitas vezes ainda são os do presente) nem aos problemas de interpretação de textos. Importante também ressaltar que o que se diz aqui é que a Filosofia não pode se resumir a isto que foi dito, em nenhum momento se diz que ela não possa incluir na sua concepção as práticas de interpretação dos textos históricos, racionalização, criação de conceitos e elocubração. A práxis coloca como papel histórico⁹ da atividade filosófica uma função de instrumento de luta social através do conhecimento da realidade e de suas estruturas, o que indica o caráter interpretativo da filosofia e da intervenção direta nos mecanismos de reprodução das estruturas dessa sociedade, e indica, também, o caráter intervencionista e transformativo da filosofia no

⁹ Sobre a importância de se entender a filosofia dentro de um contexto histórico e com um papel específico, cf. COUTINHO, 2020, p. 165: “Que a filosofia da práxis conceba a si mesma de um modo historicista, isto é, como uma fase transitória do pensamento filosófico, esta concepção, além de estar implícita em todo seu sistema, resulta explicitamente da conhecida tese segundo a qual o desenvolvimento histórico se caracterizará, em determinado ponto, pela passagem do reino da necessidade ao reino da liberdade. Todas as filosofias (os sistemas filosóficos) que existiram até hoje foram a manifestação das íntimas contradições que dilaceram a sociedade.

sentido aqui defendido. É também em Vazquez que encontramos outro trecho de texto que reforça ainda mais nossa visão da filosofia e do seu papel a partir de uma perspectiva materialista-histórico-dialética. O autor nos diz:

“Vemos, pois que a filosofia não se situa diante da ciência num vazio ideológico. E isso não apenas quando toma a ciência como objeto de análise, crítica ou revisão, mas também quando ela própria opta por fazer-se científica ou por trabalhar de costas para a ciência (ou contra ela). Optar por fazer filosofia de uma maneira ou de outra já é uma opção ideológica. Como o é igualmente fazer filosofia puramente especulativa, separada da prática social, ou filosofia prática ou da práxis, vinculada à transformação real do mundo. (VÁZQUEZ, 2002, p. 101).”

É nesse sentido que propomos a tese fundamental deste texto ao dizer que o ensino de filosofia, vinculado a uma atividade filosófica em seu caráter prático, deve estar voltado não apenas para a compreensão, reprodução ou interpretação de um saber histórico e de textos históricos já consagrados, mas para a compreensão, intervenção e transformação, conjunta, da realidade concreta. O ensino de filosofia, a não ser que pretenda se afirmar como especulação distante da concretude¹⁰, não pode se esquivar do compromisso com a prática filosófica e, portanto, transformadora. O ensino de filosofia e a atividade filosófica possui uma relação direta com: 1) todo conhecimento historicamente produzido - acervo histórico¹¹; 2) com as estruturas ideológicas e as estruturas de reprodução das condições de produção de uma formação histórica específica; 3) com o compromisso, consciente ou não, de transformação, legitimação ou manutenção da realidade. Seu papel, enquanto atividade prática interpretativa e transformadora da realidade, se dará dentro desses limites historicamente impostos.

Em outro texto, “Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”, de 1844 (p. 152), Marx deixa claro esse papel da Filosofia quando nos diz o seguinte:

“Portanto, a tarefa da história, depois de desaparecido o além da verdade, é estabelecer a verdade do aquém. A tarefa imediata da Filosofia, que está a serviço da história, é, depois de desmascarada a forma sagrada da autoalienação humana, desmascarar a autoalienação nas

¹⁰ E aqui temos um elemento interessante. Essa mesma filosofia especulativa que se faz, de fato, à revelia da realidade concreta, arvora-se, na maioria dos casos, como uma filosofia vinculada à própria realidade. É uma inversão epistemológica: supõe-se como interpretação da realidade, mas é um espantalho que serve, muitas vezes, para legitimação da dinâmica oculta dessa mesma realidade. É aquilo que Marx traduz muito bem ao falar do fetiche da mercadoria, que aqui pode ser entendido como um fetiche epistemológico da filosofia em sua atividade especulativa.

¹¹ Defendemos junto com Saviani (2013) a importância de uma educação e um ensino que proporcione o acesso amplo a todo saber historicamente sistematizado.

suas formas não sagradas. A crítica do céu transforma-se, assim, na crítica da terra, a crítica da religião, na crítica do direito, a crítica da teologia, na crítica da política.”

Trechos como esse e outros que se encontram em obras como a dos *Manuscritos Econômicos Filosóficos* e *Ideologia Alemã*, são textos que, ao nosso ver, confirmam a ideia da defesa de uma filosofia típica sendo inaugurada, em oposição ao pensamento filosófico dominante do seu período¹². Estamos diante de uma filosofia que se propõe uma tarefa histórica imediata de não apenas interpretar o mundo que nos cerca e descrever a realidade a partir de abstrações que se distanciam da concretude, mas uma tarefa histórica de interpretar e transformar, concretamente, essa realidade, sem apelar para mistificações ou ilusões do *espírito puro*. Ao compreender esse papel histórico, essa filosofia prática seria capaz de atuar como instrumento de desvelamento das formas mistificadoras da realidade a partir de uma interpretação que parte da própria realidade histórico-concreta em que ela está inserida e se propõe a rasgar o véu da alienação historicamente imposta, a rasgar o véu da forma de apresentação e representação dessa realidade que se esconde por detrás do fetiche da mercadoria¹³. Concomitantemente, é uma filosofia que se propõe a tarefa histórica de não só rasgar o véu, mas propor uma nova realidade em oposição e superação àquela que está dada. Uma tarefa que compele os agentes sociais em uma prática consciente das estruturas sociais impostas e das ferramentas necessárias para a superação (ou destruição, mas entendemos que essa expressão é de difícil interpretação para o momento) dessas estruturas e a construção de novas estruturas sociais. Em resumo, essa concepção de filosofia aqui defendida permite a reivindicação de um ensino de filosofia contrário ao modelo vigente, que é

¹² Esse é o caso bem específico da obra *Ideologia Alemã*. Boa parte da crítica à filosofia do período na obra em questão se destina, especialmente, a Hegel e às “*ilusões do espírito puro*”, e à filosofia materialista de Feuerbach. A crítica refere-se, acima de tudo, aquilo que ambos os autores da *Ideologia Alemã* consideraram como os devaneios, as fantasias humanas e das falsas ideias que Hegel, Feuerbach e os hegelianos faziam sobre si mesmos e sobre o mundo. Cf. MARX & ENGELS. *Ideologia Alemã*. 2007, p.9ss.

¹³ Embora não seja o ponto central da nossa discussão aqui neste texto, é importante ressaltar o papel do fetiche da mercadoria na constituição de uma estrutura educacional e de ensino. Consideramos que a dinâmica de reprodução da sociedade do capital, ou sociedade burguesa, se preferirem, é baseada em uma lei universal que se naturaliza a partir das relações sociais fetichizadas, a saber, a *lei do valor*. Como uma das instâncias constituintes das estruturas de reprodução da sociedade do capital, a educação, e necessariamente o ensino formal, respondem diretamente à lei universal do valor e ao fetiche da mercadoria. Dito de uma maneira mais objetiva, não existe ensino de filosofia na sociedade do capital sem este estar completamente condicionado pelos limites de reprodução dessa sociedade e pelo fetiche da mercadoria. Como mercadoria, a educação e o ensino são dominadas por uma única e mesma lei geral, a lei impessoal e estranhada do valor trabalho. O ensino de filosofia, inserido neste sistema controlado de educação formal, passa a reproduzir, de uma maneira mecânica e capaz de ocultar os processos que permitem a naturalização da lei do valor nessa sociedade, o fetiche da mercadoria em suas mais variadas dimensões. É nesse sentido que podemos afirmar, sem muito desenvolver aqui, que o fetiche da mercadoria é também o fetiche da educação.

completamente dominado pela lógica de produção de mercadoria que rege as relações sociais de produção e reprodução da sociedade do capital.

Em um trecho do texto mencionado acima, a expressão “...está a serviço da história...” condiciona todo entendimento do que é esta atividade filosófica proposta por Marx. Não se trata de uma filosofia a serviço dos desejos de determinado grupo de pensadores, de uma filosofia a serviço de uma interpretação deslocada da realidade histórico-concreta, mas de uma filosofia (ou atividade filosófica) completamente consciente da formação histórico-social do período e comprometida com esta, e não outra, realidade histórica. Estamos falando de uma filosofia e, portanto, de uma atividade filosófica que emergem da própria realidade concreta no intuito de entendê-la e transformá-la. Como o próprio Marx diz no texto: essa é a *tarefa imediata da filosofia*. Uma filosofia e prática filosófica que se opõem a toda construção idealista do seu período, o que, na essência, indica uma proposta de filosofia e prática filosófica que em qualquer momento da história jamais deverá se colocar como acima dela ou aquém dela. Se há um papel para a filosofia, por conseguinte, este será o de dar sentido à História presente desvelando toda forma mascarada de alienação ou autoalienação, consequências das relações sociais historicamente determinadas. Não há filosofia sem História, mas a Filosofia é a própria História refletida e consciente de si mesma, a partir dos sujeitos históricos que a compõem. Portanto, não há História sem Filosofia, seja esta ocupando um papel de reforço (por omissão ou diretamente) no ocultamento dos processos de alienação ou um papel na denúncia de determinados processos históricos e no seu desvelamento. Desse mesmo modo, e quase que de maneira intuitiva, lemos o trecho que diz que o papel da filosofia, entendida aqui nestes termos, é o de desmascarar a autoalienação nas suas formas não sagradas, ou seja, nas formas mais cotidianas e mundanas possíveis, entendidas, por muitas vezes, como formas naturais de relações e de reprodução das relações sociais. É necessário que a docente e o docente de Filosofia saiba utilizar de todos o arcabouço histórico consagrado e indicado nos parâmetros curriculares para poder instrumentalizá-los a favor desse desvelamento. A sala de aula de Filosofia deve se propor como espaço filosófico para essa contrainternalização das estruturas de reprodução do Capital, sua interpretação crítica e transformação, fazendo uso do material que é possível dadas as limitações institucionais das escolas e universidades. Por conseguinte, se há um papel para a filosofia e seu ensino, esse papel passa, necessariamente, pelo desmascaramento das relações fetichizadas, das estruturas de dominação que permitem a reprodução de uma sociedade baseada inteiramente na lei

do valor. O papel da filosofia e seu ensino é um papel de denúncia e orientação para a ação direta visando a transformação dessas estruturas. É nesse sentido que entendemos que a crítica de Marx à “filosofia”, expressa em linhas simples na famosa *Tese 11*, era muito mais uma crítica à atividade filosófica do período histórico em que vivia do que propriamente à “filosofia” em si mesma e toda sua potência enquanto atividade que visa o desmascaramento da autoalienação e a intervenção na realidade.

Em outro texto em especial, *Ideologia Alemã*, que demarca muito bem o processo de transição, e não de ruptura, de um Marx preso a uma atividade filosófica contemplativa em oposição a um Marx do “materialismo histórico dialético”, de uma “filosofia da práxis”, fica clara a crítica às estruturas de pensamento e modelo de reprodução de pensamento dos filósofos e ideólogos alemães do período e como isso estava longe de ser considerado, por Marx e Engels, um modelo de pensamento capaz de descrever, intervir e transformar a realidade concreta. Associado a isso, entendemos que essa atividade filosófica, baseada nos princípios do materialismo histórico dialético, deve estar vinculada a um ensino de filosofia que se voltará para a criação, produção e até mesmo desconstrução de conhecimentos e conceitos, desconsiderando ações que podem imprimir um ensino mecanizado e irrefletido. Mas não apenas isso, a um ensino voltado para a intervenção direta na realidade concreta a partir do método marxiano-engelsiano. Um ensino filosófico revolucionário que se vincula, necessariamente, à criação de instrumentos didáticos-pedagógicos para que a classe que mais sofre com a imposição de um ensino estéril se torne consciente de seu papel e de sua existência enquanto *classe-para-si*. Estaremos, assim, diante de uma perspectiva de ensino filosófico e de uma atividade filosófica segundo princípios marxianos.

Mas para falar de um ensino de filosofia e de uma atividade filosófica a partir de uma concepção marxiana, é preciso traçar, mesmo que em linhas gerais, em que consiste o método consagrado por Marx e Engels, chamado de Materialismo Histórico Dialético. Em linhas gerais, o materialismo histórico dialético pode ser entendido como um método de compreensão e ação sobre a realidade concreta, entendendo esse concreto como todas as condições materiais de existência e de reprodução da existência do ser humano, suas relações sociometabólicas. Um método que reconhece que os seres humanos existem dentro de um contexto histórico específico e resultado, não linear, de outros contextos históricos específicos. Tudo isso atravessado pela noção dialética de que essa realidade e existência (dos indivíduos ou sujeitos políticos em cena), no contexto histórico específico, é estruturada sob e sobre inúmeras contradições, o que

indica uma dinâmica específica do movimento de constituição de uma Formação Histórico Social¹⁴.

É a partir dessa perspectiva que entendemos o papel da famosa *Tese 11*. O texto de Marx nos diz o seguinte: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; (mas)¹⁵ o que importa é transformá-lo.” (MARX, *Teses Ad Feuerbach*, 2007, p.535). A leitura que fazemos desse trecho é a seguinte: a tese afirma, não nega, a permanência e importância da filosofia como instrumento de transformação, compreensão e revolução. A *tese 11* dá uma resposta para o sentido da práxis marxiana, que compreende (no sentido de incluir) a filosofia como tarefa necessária. É importante sublinhar que a crítica de Marx presente nesse texto não é, como dissemos mais acima, uma crítica à filosofia em si ou a uma ideia de filosofia em abstrato, mas uma crítica a um modo de se fazer filosofia e que está dentro de um recorte histórico específico (o que estaria de acordo com seu próprio método), uma crítica a um tipo de atividade especulativa que nascia e permanecia distante da realidade concreta. Um primeiro paralelo podemos fazer aqui. A crítica que pretendemos ao ensino de filosofia não é a este tomado em si mesmo, mas ao ensino de filosofia típico de nosso momento histórico. Um ensino reprodutivista e conteudista. A crítica que também fazemos à prática ou atividade filosófica é uma crítica ao modo como se pratica filosofia hodiernamente. Mais que isso, à maneira como a atividade filosófica se coloca como distinta do próprio ensino de filosofia. A sala de aula e os cursos de formação em filosofia se resumem, quase que na sua totalidade, à exposição de conteúdos históricos e a debates completamente desconexos com a realidade concreta. Isso é ainda mais nítido quando se pensa o ensino de filosofia não como um problema especificamente e genuinamente filosófico, mas como uma atividade que se constitui em separado da própria prática filosófica. Ao mesmo tempo, o que se coloca sob o crivo da crítica aqui é, também, a própria atividade docente enquanto trabalho docente. Concordamos com Vitor Paro (PARO, 2023, p. 161) quando este nos diz que o trabalho docente envolve, referindo-se a uma característica que seria fundamental ao processo pedagógico, não um objeto fechado em si mesmo, mas um *fazer histórico* do estudante que resulta na sua própria *formação histórica*. O processo educacional, o que obviamente envolve uma sala de

¹⁴ Feuerbach interpretava a dialética hegeliana como uma simples fonte de especulação mistificadora, Marx, ao contrário, defendeu que a dialética hegeliana deveria ser o princípio dinâmico do materialismo, o que viria a resultar na concepção revolucionária do materialismo como filosofia da prática.

¹⁵ Importante lembrar que a versão que inclui a conjunção adversativa é uma versão da revisão feita por Engels e não se encontra no texto original de Marx. O que pode gerar inúmeras confusões para os intérpretes e para aqueles que pretendem defender que Marx era um ferrenho crítico de toda e qualquer “filosofia” em geral.

aula de Filosofia, diz respeito a um processo de construção da humanidade dos agentes envolvidos na prática pedagógica. O mesmo se aplica, necessariamente, à sala de aula de Filosofia.

Voltando à nossa análise do trecho de texto de Marx, é fundamental que entendamos a relação entre os termos mais importantes da frase, que são “interpretar” e “transformar”. Ambos os termos se complementam e devem ser tomados, na prática filosófica, em uma relação dialética. Não se trata de chamar de uma “verdadeira prática filosófica”, mas de dizer que esta filosofia, de tipo marxiana, não se faz como aquela outra, por pura especulação ou mera reprodução, mas se constrói ativamente na concretude da realidade histórica. O primeiro termo, “interpretar”, só é criticável, na filosofia, no nível que o próprio texto do Marx apresenta e em um sentido geral, ou seja, na medida em que o sentido de “interpretar” estiver dissociado da transformação (portanto, também de uma luta e prática política). Não há que se falar em uma prática filosófica de interpretação do mundo sem falar, ao mesmo tempo, de sua transformação. A interpretação conduz, necessariamente, para a transformação. Essa é a filosofia da práxis em Marx. Do mesmo modo, o segundo termo, “transformar”, é bastante criticável (nesse caso, o texto não sugere diretamente essa leitura, mas ela pode ser extraída de outros textos políticos de Marx e Engels) quando este não estiver vinculado ou ligado à teoria. Logo, não há transformação do mundo sem uma interpretação adequada e científica da concretude. A transformação exige a interpretação. Essa é, também, a filosofia da práxis em Marx.

É de uma relação muito específica entre interpretação e transformação do mundo concreto que podemos extrair uma concepção ou a realização de uma “filosofia da revolução” ou uma “filosofia da práxis” (que abarque o conceito de atividade filosófica mencionado mais acima). Isso permite uma leitura da *Tese 11* que não seja uma falsificação do pensamento de Marx e permite uma aproximação entre ela e uma defesa de ensino de filosofia e prática filosófica centrados nesses princípios fundamentais, quais sejam, interpretação e transformação (afinal, é isso que importa!). Logo, a práxis constitui um problema típico da filosofia. Qualquer ensino que a ignore estaria negligenciando o papel fundamental de uma atividade filosófica que não se limita a mera especulação da realidade, mas se compromete com esta.

Assume-se assim aquilo que chamarei aqui de “identidade filosófica” para defender um tipo de ensino e prática de filosofia, de acordo com essa identidade. A novidade, se é que podemos chamar assim, do marxismo como filosofia (entendendo isso

historicamente como resposta aos especuladores e materialistas vulgares daquele período) seria a da mudança radical do próprio pensamento filosófico, não simplesmente voltado para a contemplação do já existente. O mesmo deve se dar com um ensino de filosofia enquanto atividade filosófica como vimos definindo. A proposta é que não seja um ensino simplesmente atrelado à contemplação ou revisitação do já existente acervo histórico conceitual. Se é possível pensar uma prática filosófica no Brasil e um tipo de ensino de filosofia no Brasil, que ele seja feito a partir da realidade concreta brasileira, sem expurgar arbitrariamente ou negligenciar arbitrariamente toda a produção histórica. Somente assim se poderá pensar a filosofia e seu ensino como um real instrumento de transformação (não o único), quando ela não se esgota em atividades desconexas da concretude e imersas no universo do discurso especulativo.

Especificando a proposta

A filosofia, nos termos aqui defendidos, não pode ser realizada efetivamente sem combater, de frente, e sem buscar superar, juntamente com outras áreas de produção e atividade humana, as contradições presentes na realidade concreta. Se a filosofia ocupa papel fundamental no processo de tomada de consciência das formas como a sociedade se constitui e se reproduz, ela deve, através de seus agentes históricos específicos, as/os professoras/es, tomar para si a tarefa de escancarar as relações entre essa consciência (tomada individualmente) e o ser social (ou corpo social no qual ela está e junto do qual se constitui). Ao pensarmos a relação entre a *Tese II* e o ensino de filosofia e uma prática filosófica no Brasil, estamos pensando a possibilidade da adoção de uma metodologia de ensino que vise, ao mesmo tempo, a transformação das estruturas da sociedade e do pensamento (sabendo que a expressão “ao mesmo tempo” indica o objetivo dessa proposta, não a dinâmica de tais transformações, que não é linear nem concomitante).

A filosofia no Brasil precisa se encontrar e se reencontrar com seu povo, com as “massas”. Não simplesmente “sair da sala”, uma “filosofia para além dos muros”, não é dessa retórica acadêmica que estamos falando aqui. O que não é o mesmo que negar a importância e o papel fundamental da sala de aula. Mas se estamos aqui apelando para uma práxis marxiana aplicada ao ensino e à prática de filosofia, é fundamental que esse ensino e essa prática dialogue com a rua, com o cotidiano, com a vida concreta de cada um que compõe esse corpo social que chamamos de Brasil. E que nesse confronto ela saiba, através de seus agentes, ser uma ferramenta de transformação e enfrentamento. Que ela seja atividade de revolução, não mera especulação, não mera reprodução. Um

primeiro e fundamental ponto que ela deve enfrentar (dentre outros que não cabem mencionar aqui agora) é um aspecto muito específico (e destruidor) da sociedade do capital: todas as atividades dos indivíduos nessa sociedade existem em função da produção e reprodução da ordem societária. Até mesmo dormindo ou em lazer, o sujeito, este da sociedade do capital, descansa para uma nova jornada. Ele vive, na maior parte do tempo, em função da produção e reprodução dessa sociedade e, sob certas circunstâncias, de sua própria existência como peça fundamental para esse processo. Nesse sentido, e visando apenas alimentar ainda mais as provocações, cabem algumas perguntas: a prática filosófica e o ensino de filosofia, uma vez concebidos a partir dos princípios marxianos aqui já apontados, podem ajudar esse sujeito da sociedade do capital a tornar-se consciente de que não é simplesmente o objeto (coisificado)¹⁶ em que ele é, nesse modo de existência e reprodução de existência, transformado? Caberia à Filosofia um papel de desfragmentação dos saberes historicamente produzidos e trabalhados no universo pedagógico? Considerando a possibilidade de sucesso em sala de aula desse modo de fazer e ensinar filosofia, qual seria seu próximo passo? Essa seria uma tarefa mais urgente e fundamental da prática filosófica e do seu ensino?

Conclusão:

O ensino de filosofia (que não se dissocia, a nosso ver, de uma prática filosófica propriamente dita), grosso modo, e o ensino, em geral, operam de maneira a reproduzir as estruturas da sociedade nos seus aspectos mais fundamentais, mesmo quando se permite atacar ou rejeitar certos aspectos dessas estruturas sem, contudo, superá-las de fato. Mas esse fato não impede a potência geradora de consciência que pode ser (mas óbvio que nem sempre é) a filosofia, sua prática e seu ensino, defendidos, como tentamos mostrar aqui, a partir dos princípios marxianos. O que tentamos defender, desde o início do texto, é que o ensino de filosofia e a sala de aula de filosofia não podem se resumir a um programa institucionalizado de ensino e a uma estrutura tradicional sobre a qual a educação formal se erigiu. A sala de aula de Filosofia deve se propor um compromisso político claro: interpretar para transformar, transformar interpretando. Essa leitura da sala de aula de Filosofia não nos permite ignorar uma contradição histórica típica da nossa formação social: ao mesmo tempo que esse ensino ativo da filosofia não deve se resumir aos pressupostos das estruturas educacionais

¹⁶ É importante ressaltar aqui que existe uma diferença crucial entre a consciência dessa objetificação imposta pelo Capital e a objetificação em si mesma, da qual, estando os sujeitos submetidos à dinâmica de reprodução do Capital, é impossível fugir.

dispostas pelas instituições que controlam a educação, ele, ainda assim, será construído sendo condicionado por esses mesmos limites da sociedade que permitem a sustentação dessas estruturas. A sala de aula de Filosofia, considerada sob os princípios marxianos aqui defendidos, deverá se reconhecer nessa constante oposição entre a realidade que, através das instituições formais, determina as estruturas educacionais e de ensino e a possibilidade de superação dessa mesma realidade, através de uma prática filosófica enquanto filosofia da práxis, de uma atividade filosófica compromissada com a interpretação dessas mesmas estruturas, suas condições históricas de produção e reprodução e sua superação através da transformação que emerge dessa mesma interpretação crítica. Se uma das principais funções do processo educativo típico do sistema burguês é a de produzir e reproduzir, entre os agentes partícipes do processo pedagógico, uma conformidade ou consenso no mais alto grau possível, e tudo isso dentro e por meio dos próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados, é papel do ensino de Filosofia aqui defendido o de criar, no mínimo, um processo de contra-internalização desse consenso. Isto é dizer que estamos assumindo aqui que a sala de aula de Filosofia possui (ou deveria possuir) um papel político diretivo que problematiza essas mesmas estruturas de reprodução social e aponta para possíveis saídas que transformem radicalmente a sociedade, mesmo que dentro dos limites institucionais reconhecidos nas instituições de ensino. Apontar para a transformação a partir de uma interpretação materialista-histórico-dialética é também reconhecer que essa transformação não é possível se assumida em separado de outros processos constitutivos da sociedade e que envolvem outros elementos tanto da superestrutura ideológico-jurídico-política quanto da infraestrutura econômica de produção das condições de existência. Concluimos dizendo algo que se ainda não ficou óbvio durante o texto agora precisa ser anunciado com toda força: nossa defesa aqui é de um ensino de Filosofia compromissado com o método materialista-histórico-dialético e com uma sala de aula capaz de proporcionar uma análise das reais condições de existência no intuito de, ao interpretá-la a partir dos princípios marxianos que desvelam sua dinâmica mais fundamental baseada na lei do valor, uma transformação radical dessas condições de existência. Por fim, o ensino de Filosofia, a prática filosófica, a filosofia da práxis, a atividade filosófica aqui entendida não pode se esquivar de encarar essa realidade de frente e propor, em cada aula, sua superação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELEUZE, G; GUATARRI, F. *O que é filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- _____. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- JUNIOR, Justino de Souza. *Marx e a crítica da educação: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital*. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2010.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. 5ª Edição. Trad.: Manuela Pinto e Alexandre Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- MANACORDA, Mário Alighiero. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. *Marx e a pedagogia moderna*. 3ª Ed. Trad. Newton Ramos de Oliveira. Campinas-SP: Editora Alínea, 2017.
- MARX, Karl. *Introdução à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1987. (Coleção Os pensadores)
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Textos sobre educação e ensino*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 4 ed. São Paulo: Centauro, 2004.
- _____. *Manifesto comunista*. Org. de Osvaldo Coggiola. 4ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Jesus Raniere. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *Crítica do Programa de Gotha*. Seleção, tradução e notas de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- _____. *O Capital: crítica da Economia Política*. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MARX, Karl. *Diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro*. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2018.

MÉSZÁROS, I. *Educação para Além do Capital*. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *O poder da ideologia*. Trad. Magda Lopes e Paulo C. Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2016.

PARO, Vitor Henrique. *O Capital para educadores ou aprender e ensinar com gosto a teoria científica do valor*. 1Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia : teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. São Paulo: Cortez, 1977.

_____. *Escola e democracia*. 27. ed. Campinas: Autores Associados, 1993.

_____. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 10. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval.; DUARTE, Newton (Org.). *Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar*. Campinas: Autores Associados, 2012.

VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Práxis*. São Paulo. Expressão Popular, 2ª Edição, 2011.

_____. *Filosofia e Circunstâncias*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002.